

## **A luta dos índios Kaiowá das áreas Rancho Jacaré e Guaimbé de Mato Grosso do Sul (1976-1979).**

Meire Adriana da Silva\* - PPG-UFMS

*Nunca vou ficar. Eu pra vir aqui onde não é minha querência pra eu vir e ser feliz, se acostumar, se adaptar, fazer roça aqui não dá. E pra onde a gente podia ir? Se fossemos pra cá morreríamos, se fossemos pra lá morreríamos, tinha morro por todos os lados. Por lá quem foi, que passou sacrifício e muita fome. Se não se a gente não tivesse lutado assim, fazia tempo que teríamos morrer todos..<sup>1</sup>*

O presente trabalho procura demonstrar, por meio dos depoimentos indígenas, as estratégias adotadas pelos índios Kaiowá, das áreas Rancho Jacaré e Guaimbé, para resistir ao violento processo de invasão de seus territórios. Os Kaiowá destas áreas estão localizados atualmente no município de Laguna Carapã-MS e foram expulsos de seus territórios tradicionais<sup>1</sup> entre os anos de 1976 e 1979.

A ação de interlocutores (do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e da Fundação Nacional do índio - FUNAI) durante esse processo também é demonstrada. As obras de Moreira<sup>2</sup> e de Pacheco<sup>3</sup>, sobre a *legitimidade dos processos de retomada dos territórios tradicionais* Guarani/Kaiowá e as *novas estratégias* de mobilizações indígenas, constituíram-se também em fontes básicas para a elaboração deste trabalho.

A história da retomada desses territórios indígenas contada pelos próprios índios demonstrou semelhanças entre história oral e memória. As discussões de Brand<sup>4</sup>, Michael Pollak<sup>5</sup>, Meihy<sup>6</sup> e Ferreira<sup>7</sup> sobre história oral e memória também são aspectos discutidos neste trabalho.

A partir do final da década de 1970, estes povos reocuparam cerca de 18 áreas indígenas, entre as quais as de Guaimbé e Rancho Jacaré. É nesse contexto de retomadas de territórios tradicionais Guarani/Kaiowá, ocupadas por empreendimentos agropecuários, que a população indígena busca alianças com agentes externos<sup>8</sup>, como se nota na fala do capitão Jacinto Ireno, durante uma Assembléia Indígena, em 1982: *como a gente não tem poder de resolver o problema da terra a gente tem que procurar outros meios para resolver*<sup>9</sup>.

A mobilização dos índios Guarani/Kaiowá é discutida também no trabalho de Rosely Pacheco, que enfatiza suas fortes mobilizações na região sul do estado. A autora afirma que houve um estreitamento de relações entre os índios e seus aliados externos, fazendo parte do que poderíamos considerar como *novas estratégias*, dentre as quais destacam-se *alianças* com agentes externos. Tanto Pacheco como Moreira comungam da idéia de que, para os índios as *retomadas* eram a única forma *de quebrar o confinamento e reconstruir o modo de ser Guarani*<sup>10</sup>.

Os indígenas da aldeia Guaimbé e Rancho Jacaré expressaram com convicção, em seus relatos, que são os verdadeiros proprietários da terra. Essa convicção fez com que eles recuperassem e reocupassem suas terras. Desta forma nota-se que a ação de entidades de apoio estava condicionada primeiramente à ação dos índios, mesmo reconhecendo a importância do apoio dos não índios, como afirma o indígena Vidal Cavaleiro: *É, se não fosse ajuda da Igreja ia morre tudo criança, pra passa fome né, se não fosse ajuda ai morre mesmo*<sup>11</sup>, não tinham este como fator determinante para sua luta. Mesmo sem a ação desses órgãos externos de apoio, a resistência dessa comunidade provavelmente não seria diferente. Para eles, naquele momento de tensão e de fome, muitas vezes, o nome das pessoas ou de entidades que os estavam apoiando não tinha tanta relevância. O que importava para os índios era que havia uma mínima ajuda, ou seja, apoio logístico para que pudessem continuar resistindo ao processo violento de despejo, como também no posterior retorno para esta área. Ao se referirem aos *católicos*, como dizem, falavam sobre o fornecimento de alimentos após o retorno para a fazenda. É notório neste processo, o poder de articulação dos índios e a busca de alianças com outros setores da sociedade externa, como é o caso do CIMI.

Após o declínio do Monopólio da Companhia Matte Larangeira<sup>12</sup>, por volta de 1934, e com a implementação das fazendas na região, a partir de 1970, a população indígena Kaiowá que residia nas terras ocupadas pela Companhia (fazenda Maciel Kue e Rancho Grande) passou por violentos processos de expulsão.

Este processo se acirrou entre 1976 e 1977, tendo em vista as ações de um dos proprietários das fazendas da Empresa Matte Larangeira, Luiz Prates. Os indígenas relatam que devido às permanentes pressões, quando o fazendeiro e seu capataz chegavam dizendo que iriam levá-los para outro lugar porque aquela terra não era deles, esses por estarem atemorizados, acabavam deixando a fazenda.

Os índios expulsos do Rancho Jacaré e de Guaimbé foram levados, pela primeira vez, em 1977, para Pedro Juan no Paraguai. Com o pedido de ajuda formulado pelo indígena Lídio Moraes à FUNAI, e com a ação do Consulado brasileiro em Pedro Juan Caballero, a Polícia Federal tomou providências para que índios retornassem para sua área de origem.

Em 1978, os índios foram novamente expulsos de suas áreas. Essa expulsão foi denominada pela FUNAI de “transferência”. Os índios foram, violentamente, levados pelos proprietários da fazenda, com o apoio da FUNAI, para a reserva de Bodoquena, município de Porto Murtinho, (pertencente aos índios Kadiwéu), a 800 km de sua área de origem. Houve várias artimanhas e violências cometidas tanto pelo fazendeiro quanto pela FUNAI para convencer os índios a se retirarem por “*vontade própria*” de sua área. A transferência arbitrária, segundo jornais da época, *foi possível graças ao entendimento dos donos da fazenda, a Cia. Mate Laranjeira, e funcionários do próprio órgão tutelar*<sup>13</sup>.

Os Kaiowá descrevem com muito detalhe as violências que marcaram a expulsão de suas aldeias e a constante tensão gerada entre indígenas e brancos, que permaneciam na região. Os índios recebiam várias ameaças de morte, como conta a Ñandesy (nossa mãe), Livrada Rodrigues, moradora da Aldeia Rancho Jacaré:

*Eles diziam - não se descuidem, eles vão vir hoje. Eles diziam hoje é a última vez que estou avisando vocês não se descuidem eles virão atropelar vocês. E ali tinha um mato, se você fosse você ia ficar com medo, naqueles trieiros estavam os brancos, só se viam o rosto deles. Você ia, e daqui a pouco saía um branco, olhando pra você. E eu nem dormia mais, sentia muito medo*<sup>14</sup>...

*Daqui eles nos levaram em gaiola, gaiola mesmo, vieram três gaiolas, na gaiola que nós fomos. Nos levaram de um cercado nos ergueram, deste cercado nos levaram... ali que descemos todos. Ali dormimos, amanheceu cedinho... nos levaram até Tarumã, pelo caminho nós fomos e dormimos. Pelo caminho,*

*dormimos, nos alimentaram, nos dava pãozinho para não morrermos de fome, tampavam da gente a gaiola para não vermos nosso rastro. Assim que nos levaram, e a gente ficava olhando pelos buraquinhos pra ver onde estavam nos levando<sup>15</sup>...*

Em 1979, os 121 indígenas citados pela FUNAI<sup>16</sup>, cansados de esperar que esta Fundação os levasse de volta para as aldeias de onde haviam sido expulsos, quatro meses após sua chegada em Bodoquena, resolveram voltar para a área Rancho Jacaré e Guaimbé.

Houve várias tentativas por parte do senhor Jamiro, administrador da FUNAI de Bodoquena, para que os índios não retornassem para sua área da qual haviam sido retirados, dizendo que se fizessem isso ficaria mal para o órgão indigenista. Uma das estratégias utilizadas pelos indígenas, devido a essa pressão, era de dizerem que, se alguém perguntasse para onde estavam indo era para falar que era para Caarapó ou Amambaí, ou seja, para as reservas onde a FUNAI dizia que eles deveriam ficar.

A FUNAI providenciou um caminhão e solicitou a presença da polícia para levá-los de volta à Bodoquena quando já se encontravam na estrada de volta para Dourados. No entanto, a resistência dos índios fez com que o administrador desistisse da ação. O então chefe da FUNAI de Campo Grande conseguiu transporte para que eles fossem levados até Dourados, onde ficaram alojados em um antigo posto da FUNAI, por volta de quatro meses. Durante essas longas caminhadas feitas pelos índios várias crianças e velhos ficaram doentes e alguns deles morreram quando já estavam alojados no posto, em Dourados.

Segundo o jornal a *Folha de Londrina*, em 30/05/1979, uma comissão da FUNAI levou duas lideranças indígenas para a fazenda no intuito de propor aos índios que ficassem com um pedaço da fazenda, nos fundos (descampado, sem mato), em área denominada até hoje, de Guaimbé. Essa proposta, conforme relatório do Bispo de Dourados, Dom Teodardo Leitz, para o Presidente da FUNAI, Adhemar Ribeiro da Silva, foi no sentido de convencer os índios de que Guaimbé seria demarcado brevemente e que Rancho Jacaré demoraria de um a dois anos.

Dessa forma, um grupo pequeno aceitou a proposta e, cansados das promessas e sofrimentos, voltaram para área Guaimbé no início de junho de 1979. Mas a maioria permaneceu no antigo posto da FUNAI, em Dourados, até o mês de agosto, quando, após várias idas de lideranças à Brasília para reuniões com representantes da FUNAI (onde nada se resolveu) retornaram à sua área de origem, novamente a pé.

Após essa longa trajetória de idas e voltas, assim como das constantes expulsões as suas terras foram, finalmente, homologadas, em abril de 1984, demonstrando desta forma o poder de resistência do Kaiowá e a eficácia das suas estratégias assentadas na intensa mobilização interna e forte articulação com os agentes externos.

Essa história está muito presente na memória dos Kaiowá do Rancho Jacaré e Guaimbé. A forma como a contam é repleta de lembranças e emoções. Desta forma, é possível que possamos reconstruir as estratégias destes sujeitos tendo como base à história oral e a memória.

Michael Pollak vêm rebatendo críticas quanto à utilização da história oral. Sobre a legitimidade da história oral baseada na memória, afirma que assim como a memória é socialmente construída, as fontes escritas também o são. Para ele a crítica à fonte tem que ser feita a todo tipo de fonte e não vê diferença entre fonte escrita e oral.

A *coleta de representações* colocadas por este autor, por meio da história oral, abriu novos campos de pesquisa e ressalta que a memória já possui novos instrumentos metodológicos que não os mesmos de dez anos atrás. E com isso enfatiza que deve haver uma *sensibilidade epistemológica específica aguçada*, tendo em vista a multiplicação dos objetos que podem interessar à história. A crítica das fontes orais deverá fazer com que os historiadores levem ainda mais a sério a crítica das fontes. As *memórias subterrâneas* são ressaltadas após o início de estudos sobre as minorias, a partir da história oral, opondo-se, dessa forma, às memórias oficiais e nacionais.

A afirmação de Meihy de que história e memória não se confundem não pode ser constatada ao analisar as entrevistas dos Kaiowá. Pude observar que são questões muito próximas, como afirma Brand, em suas pesquisas junto ao Guarani/Kaiowá: *considerando a história como 'saber da sociedade sobre si mesma', nas sociedades de tradição oral, onde se incluem as sociedades indígenas no Brasil, história e memória se confundem. É na própria memória que efetuam e atualizam suas sínteses críticas, destacam continuidades e rupturas*<sup>17</sup>.

Meihy ao se referir à questão da interpretação da memória, coloca a necessidade de interpretação do que ficou ou não registrado. No entanto, nota-se que isso também se dá em relação à história oral, ou seja, a história oral não vale por si mesma, mesmo com a possibilidade de confrontação ou não junto a outras fontes, faz-se necessária sua análise.

Uma outra questão utilizada pelo autor para diferenciar memória e história oral relaciona-se à variação da memória. Para ele essa variação pode desfocar o centro da reflexão da entrevista, enquanto que a história oral está atenta à *inserção do indivíduo na sociedade e não na relação do depoente com suas lembranças*<sup>18</sup>. No entanto, entendo que essas *lembranças*, principalmente no caso das populações indígenas, podem ser informações importantes sobre determinados grupos indígenas, e que essas lembranças têm uma inserção na sociedade indígena, assim como relatos históricos obtidos e tidos como história oral.

Durante a realização de algumas entrevistas com os Kaiowá, pude observar uma variação de assuntos e de tempo (fator natural entre os Guarani/Kaiowá). Em alguns momentos falavam do período que estavam na reserva dos Kadiwéu e repentinamente mudavam para o período em que já haviam voltado para a área de onde tinham sido expulsos. Quanto aos assuntos, eram permeados por uma mistura de questões como: violência, fome, medo, doenças e ao mesmo tempo sobre a importância das rezas durante todo o período que ficaram na reserva dos Kadiwéu e durante suas caminhadas de volta para sua área. Ou seja, muitas vezes eram colocadas questões que não eram os objetivos centrais das entrevistas. Mas no

desenvolvimento voltavam-se para o período central da pesquisa. As entrevistas, na sua íntegra, constataram fatos que estavam inseridos no contexto das expulsões e das retomadas.

O que devemos fazer é buscar compreender e definir os fatos considerados relevantes ou não em uma entrevista, dependendo do contexto da pesquisa.

Michael Pollak nos lembra que a memória apesar de construída coletivamente e submetida a transformações, deve-se levar em conta, também, que há na memória pontos ou marcos relativamente imutáveis. Enfatiza que devido à importância de alguns fatos individuais, ou mesmo coletivos alguns aspectos da memória podem não sofrer transformações.

Ao analisar as entrevistas de moradores da aldeia Rancho Jacaré e Guaimbé percebi que o processo de expulsão e retomada de seus territórios os marcou muito. Desde aquelas pessoas que na época eram crianças, como a Kaiowá Nilza Aquino que tinha 10 anos quando foram expulsos pela segunda vez, hoje com 36, até os mais velhos, como o senhor Rufino Aquino, de 84 anos, ambos lembravam com muita intensidade os fatos ocorridos. Como nos coloca Michael Pollak *podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação*<sup>19</sup>.

Baseando-se em Nora, Ferreira descreve definições sobre memória e história. A memória também é vista como uma construção do passado, *mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente*<sup>20</sup>.

Essas questões vêm no sentido de confirmar as hipóteses sobre as semelhanças entre história oral e memória. A questão de a memória ser pautada por *emoções e vivências* também são características da história oral. No depoimento da Ñandesy Livrada (assim como de outros moradores da aldeia Rancho Jacaré) pude perceber grande carga de emoções. Essas emoções vinham à tona, às vezes, como uma manifestação de alegria por terem conseguido superar tantas dificuldades e terem retornado à sua terra. Em outros momentos, eram emoções tristes

ao lembrarem as dificuldades encontradas. Ou seja, foram as *vivências* e as *emoções* que pautaram os relatos históricos sobre o processo de expulsão e retomadas de seus territórios.

Por isso, a análise de Ferreira, de que as novas linhas de pesquisa também possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações<sup>21</sup>, faz-me pensar que o inverso, também, pode ocorrer, ou seja, o que podemos considerar enquanto memória, também pode ser um relato histórico. No entanto, essas questões que coloco necessitam maior aprofundamento através de pesquisas em história oral, principalmente em relação aos povos indígenas.

---

\* Mestranda no Programa de Pós Graduação em História, Câmpus de Dourados, UFMS.

<sup>1</sup> LIVRADA RODRIGUES. Aldeia Rancho Jacaré. Fita nº 3. Entrevistada por Meire Adriana da Silva, com o auxílio da professora Agustinha Martins. Tradução de Rosa Sebastiana Colmam. 06/10/2004.p. 2;7. A Nandesy (nossa mãe) Livrada, trata-se de uma liderança religiosa que tem como prática a realização de rezas, cantos e danças. Na atualidade, na região do Guarani/Kaiowá a Nandesy é chamada pelos não índios e por alguns indígenas de rezadeira.

<sup>1</sup> Áreas que os Guarani/Kaiowá ocupavam anteriormente a demarcação das reservas pelo SPI.

<sup>2</sup> MOREIRA, Silva Lásaro. *A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos Kaiowá e Nandeva em Mato Grosso do Sul*. 2002 195 f. Dissertação (Mestrado em Direito) UNB, Brasília-DF.

<sup>3</sup> PACHECO, Rosely A. Stefanos. *Mobilizações Guarani Kaiowá e Nandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o direito indígena*. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História da UFMS – Câmpus de Dourados.

<sup>4</sup> BRAND, Jacó Antônio. Memória e história entre os Kaiowá/Guarani ou até onde o presente segue como parte pela qual o passado constrói o futuro? **Revista História**, São Leopoldo, número especial, p. 285-306, 2002.

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

<sup>6</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História oral*. São Paulo: Edições. Loyola, 1996.78 p.

<sup>7</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M.M. (Coord.) *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro. FGV, 1994. p. 1-13.

<sup>8</sup> Refere-se tanto a entidades de apoio aos índios, como órgãos públicos competentes.

<sup>9</sup> Assembléia Indígena em abril de 1982, realizada na Vila São Pedro-Dourados-MS.

<sup>10</sup> MOREIRA, 2002, p. 68.

<sup>11</sup> VIDAL CAVALHEIRO. Aldeia Guaimbé. Fita nº 6. Entrevistado por Meire Adriana da Silva, com o auxílio do professor Onérmo Godoi. Transcrição Meire Adriana da Silva. 25/11/2004, p.1.

<sup>12</sup> Companhia de exploração de erva-mate que em 1882, recebeu do Governo Imperial o direito de explorar os ervais da região Sul, do atual Estado de Mato Grosso do Sul. BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação do Sul de Mato Grosso – 1880-1940*. Campo Grande: UFMS, 2000, p. 83.

<sup>13</sup> A irresponsabilidade da FUNAI. Nota da Pastoral Indígena da Diocese de Dourados. *Folha de Londrina*, 15 set., 1979, Folha Rural.

<sup>14</sup> LIVRADA, 2004, p. 3.

<sup>15</sup> Ibid. 2004, p.1.

<sup>16</sup> FUNAI. Memorando 343/9ª DR - do Delegado Regional da FUNAI para Chefe de Posto em Amambaí. 1978.

<sup>17</sup> BRAND, 2002, p. 286.

<sup>18</sup> MEIHY, 1996, p. 66.

<sup>19</sup> POLLAK, 1992, p. 201.

<sup>20</sup> FERREIRA, 1994, p. 8.

<sup>21</sup> Ibid. 1994, p. 8.